



BOLETIM INFORMATIVO – JANEIRO 2012

Edição nº. 03 - Ano 17 - CRC/RS 3.112

Simplex Nacional



O Comitê Gestor do Simplex Nacional (CGSN) aprovou a Resolução CGSN 94/2011, que consolida todas as Mudanças do Simplex Nacional voltadas

para os contribuintes. A resolução contempla, também, a regulamentação das alterações trazidas pela Lei Complementar nº 139, de 10/11/2011.

Entre as principais mudanças mantidas no relatório está o reajuste em 50% das tabelas de enquadramento das empresas no Simplex que valerá a partir de 1º de janeiro de 2012.

Na nova **tabela do Simplex Nacional**, o valor anual da receita bruta foi elevado para:

Empresa	De	Para
Microempresas	R\$ 240.000,00	R\$ 360.000,00
Pequenas Empresas	R\$ 2.400.000,00	R\$ 3.600.000,00
Micro Empreendedor Individual	R\$ 36.000,00	R\$ 60.000,00

Em vigor desde 2007, o **Simplex Nacional** reúne impostos como IRPJ, PIS/PASEP, Cofins, IPI, INSS Patronal, ISS e ICMS. As alterações têm como objetivo incentivar as micro e pequenas empresas. Outra medida é o parcelamento da dívida tributária para os empreendedores que estão enquadrados no Simplex Nacional, o que até agora não era permitido. O prazo de pagamento será de até 60 meses.

Fonte: Receita Federal do Brasil

Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza

Alteração na Retenção do ISSQN:

Decreto nº 15483 de 03 de Novembro de 2011.

Nesta edição:

Simplex Nacional	1
ISSQN	1
Empresa Individual de Responsabilidade	2
FCONT	3
Contribuição Sindical	3
Agenda Janeiro/2012	4

Art. 1º Os responsáveis tributários ficam desobrigados de efetuar a retenção do ISSQN, em relação aos serviços tomados ou intermediados, quando o valor do serviço prestado for igual ou inferior a 25 (vinte e cinco) VRMs (valor de referência municipal).

Ex.: Serviço de Vigilância.

Este decreto não se aplica aos serviços tomados pela Administração Pública.

VRMs/2011 = R\$ 20,74

Imposto sobre Serviços (ISS)



Empresa Individual de Responsabilidade Ltda.

QUER SABER COMO FUNCIONA O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA?



LEI Nº 12.441 de 11/07/2011

Qual a novidade?

♦ A novidade é que se criou com a Lei 12.441/11 o **Empresário Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI)**. Este

Empresário Individual constitui PJ (personalidade jurídica). Tanto é que o Art. 44, CC relaciona todas as PJs. Foi incluído neste artigo novo inciso dizendo que o Empresário Individual de Responsabilidade Limitada é uma PJ.

♦ Então, a grande novidade é a aquisição da Personalidade Jurídica. Esse assunto aparece no CC dentro do Art. 980-A, CC, que diz: Esse Empresário Individual: Tem a quantidade de capital social delimitada. Veja que na nossa legislação não existia valor de capital social previamente fixado.

♦ Nesse caso, da nova Lei tem, diz que Ele precisa ter um capital social de pelo menos 100 salários mínimos, do maior salário mínimo vigente, o que dá em torno de R\$ 54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos reais). Esse valor terá de ser integralizado (não pode ser a integralizar no todo ou em parte).

♦ Uma Pessoa Física só poderá constituir uma EIRELI.

♦ EIRELI pode aderir ao Simples Nacional a partir de 08/01/2012. Nos termos do Art. 3º da LC 123/2006, alterada pela nova LC 139/2011.

♦ É perfeitamente possível uma Pessoa Física ou Jurídica estrangeira instituir, no Brasil, uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. No máximo, isso impedirá a adesão ao Simples Nacional.

♦ Sócios Fictícios deixarão de existir com a EIRELI, em vigor a partir de Janeiro/2012.

♦ Ainda que o sócio figurativo detenha baixa parcela do negócio, se há problemas jurídicos e financeiros, os

Então, além de garantir que o Empresário registre a empresa sozinho, ela possibilita a proteção do patrimônio deste, não comprometendo seus bens pessoais em cobranças de qualquer natureza por dívidas contraídas pela Empresa, salvo em determinações legais.

TIPO DE EMPRESA	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI)	Empresa Limitada Normal
FATURAMENTO ANUAL	> Livre	> Livre
NÚMERO DE SÓCIOS	> Um titular, que pode ter sociedade com outra empresa, desde que não seja da mesma modalidade	> No mínimo 2 e não há máximo
RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL	> Remete-se somente ao patrimônio da empresa; não envolve o patrimônio pessoal do empresário	> Limitada ao capital social da empresa
CAPITAL SOCIAL	> Não inferior a 100 vezes o maior salário mínimo vigente	> Livre

"Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota d'água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota."

Madre Tereza de Calcutá.



Alvaro Witten

F CONT - O que é?

Conforme a Instrução Normativa RFB nº 949/09, o FCONT (Controle Fiscal Contábil de Transição) é uma escrituração das contas patrimoniais e de resultado, em partidas dobradas, que considera os métodos e critérios contábeis aplicados pela legislação tributária em 31 de dezembro de 2007, utilizando o programa validador (PVA). Portanto, as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos arts. 37 e 38 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que modificam o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na escrituração contábil, para apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

(CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Portanto, a partir do ano-calendário 2010, estão obrigadas à apresentação do Fcont, as pessoas jurídicas que apurem a base de cálculo do IRPJ pelo lucro real, mesmo no caso de não existir lançamento com base em métodos e critérios diferentes daqueles prescritos pela legislação tributária, baseada nos critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Contribuição Sindical Patronal

A contribuição sindical patronal é o encargo devido pelas empresas em geral, pelos empregadores rurais e pelos autônomos e profissionais liberais quando organizados em firmas ou empresas, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, o percentual devido será creditado a favor da Federação correspondente à referida categoria profissional, (Constituição Federal/88, artigo 149 e CLT, artigo 578). O recolhimento é feito de uma só vez, anualmente, e será calculada proporcionalmente ao capital social da firma ou empresa, registrado nas respectivas juntas comerciais ou órgãos equivalentes, (CLT, artigo 580).

O Cálculo da Contribuição Sindical dos Empregadores consiste numa importância proporcional ao capital social da firma ou empresa, registrado nas respectivas Juntas Comerciais ou Órgãos equivalentes, mediante aplicação de alíquota, conforme tabela progressiva em MVR - Maior Valor de Referência com base no art. 580, inciso III, da CLT.

Para cálculo e recolhimento da Contribuição Sindical deve-se fazer consulta à respectiva entidade sindical ou através dos Editais publicados nos jornais.

As entidades ou instituições que, comprovadamente, não exercem atividades econômicas com fins lucrativos, estão excluídas da contribuição sindical patronal, (CLT, artigo 580, § 6º).

Para aplicação do disposto no § 6º do art. 580 da CLT, a entidade ou instituição deverá declarar que não exerce atividade econômica com fins lucrativos na RAIS, a partir do ano-base 2003.

Além da declaração na RAIS, a entidade ou instituição deverá manter documentos comprobatórios da condição declarada em seu estabelecimento, para apresentação à fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, quando solicitados.

PRAZO PARA RECOLHIMENTO: A contribuição sindical patronal deverá ser recolhida até 31 de janeiro de 2012.

PENALIDADES: A fiscalização do trabalho pode aplicar a multa de 7,5657 a 7.565,6943 UFIR por infração aos dispositivos relativos à Contribuição Sindical (UFIR = R\$ 1,0641) (CLT, artigo 598).

Fonte: Lefisc



Agenda das Principais Obrigações Janeiro/2012

DIAS	COMPROMISSOS
02/01	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos , impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de dezembro/2011
06/01	SALÁRIOS DEZEMBRO GFIP - DEZEMBRO
09/01	ICMS - DEZEMBRO SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa , de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 02 à 08/01/2012
12/01	ICMS - DEZEMBRO- COMÉRCIO
16/01	ISSQN - DEZEMBRO Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa , de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 09 à 15/01/2012
20/01	IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - DEZEMBRO ICMS - NOVEMBRO - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e demais descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente janeiro/2012.
23/01	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa , de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 16 à 22/01/2012 IPI - DEZEMBRO - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL COFINS - DEZEMBRO PIS - DEZEMBRO ICMS - INDÚSTRIA - DEZEMBRO ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - DEZEMBRO ICMS - OUTUBRO - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA
31/01	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - NOVEMBRO - ESTIMATIVA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - LUCRO PRESUMIDO - 4º TRIMESTRE/2011 IRPJ - OUTUBRO ESTIMATIVA IRPJ - LUCRO PRESUMIDO - 4º TRIMESTRE/2011



Acesse nosso site!

www.visaocont.com.br